

RESENHA

**INSTITUIÇÃO ESCOLAR:
POSSIBILIDADES DE ESTUDO A PARTIR DA ESCOLA NORMAL DE LISBOA**
School institution: possibilities for study from the Escola Normal de Lisboa (Normal School of Lisbon)

*Luciana Araujo Valle de Resende¹
Wenceslau Gonçalves Neto²*

PINTASSILGO, Joaquim e SERRAZINA, Lurdes (orgs.). *A Escola Normal de Lisboa e a formação de professores: arquivo, história e memória*. Lisboa: Edições Colibri, 2009, 149 p.

A obra aqui resenhada foi organizada por Joaquim Pintassilgo e Lurdes Serrazina, a quem coube o prefácio da mesma, e compõe-se de seis artigos escritos por brasileiros e portugueses.

Na Introdução, Joaquim Pintassilgo esclarece sobre a finalidade do livro, que busca ampliar os conhecimentos acerca da “*história da formação de professores em Portugal, tendo por base pesquisas parcelares sobre algumas das dimensões da organização e da actividade, em momentos diferenciados, da Escola Normal Primária de Lisboa*” (p. 12).

O primeiro artigo, escrito por Eva Cristina Leite da Silva³ e Maria Cristina Menezes⁴, intitula-se *História das instituições escolares nas revelações de porões e caves: escolas normais de Campinas/Brasil e de Lisboa/Portugal*. Dessa forma, objetivando conhecer melhor essas escolas, as autoras utilizaram-se de diversos documentos escolares - livros de atas de reuniões, livros de matrículas, notas e frequências, livros de posse, circulares, entre tantos outros – encontrados nos arquivos das referidas escolas. E, comparando as realidades das escolas pesquisadas, afirmam que “*no Brasil, além da construção do inventário das fontes, o acervo foi desinfestado, higienizado e acondicionado em caixas, essas ações são decorrentes de um vasto projeto, com o auxílio dos órgãos de fomento*” (p. 19). Tais procedimentos diferem do ocorrido em Portugal, onde “*não houve o desenvolvimento de todas as etapas do trabalho, como as realizadas no Brasil, isso devido ao tempo que demandam tais ações, a necessidade de financiamentos e de uma equipe para os procedimentos*” (p. 19). Em ambos os casos, apelam para a necessidade de conservação e disponibilização dos arquivos escolares, o que demandaria ações visando inventariar as fontes documentais históricas.

¹ Pedagoga, Especialista em Pedagogia Empresarial e Mestranda na linha de História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: luciana.resende@netsite.com.br

² Doutor em História pela USP. Professor do Instituto de História e dos Programas de Pós-Graduação em História e em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: wenceslau@ufu.br.

³ Doutoranda em História da Educação – FE/UNICAMP, São Paulo, Brasil, sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria Cristina Menezes

⁴ Docente de História da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, São Paulo, Brasil.

Concluindo, afirmam que, quanto à Escola Normal de Campinas, a descrição das fontes documentais do arquivo histórico já foi concluída e, recentemente, revisada. Entretanto, quanto ao inventário da Escola Normal de Lisboa, este precisa ainda ser verificado e revisado.

O artigo seguinte, intitulado *Do palácio ao calvário – escolas de formação de professores em Portugal no século XIX*, foi escrito por Maria João Mogarro⁵ e Iomar Barbosa Zaia⁶. Neste, as autoras analisam livros de correspondências enviadas e recebidas pelos diretores das Escolas Normais de Lisboa – masculina e feminina – tendo como objetivo a compreensão do “*processo de consolidação destas escolas, na fase inicial da sua institucionalização, recuperando a sua história de vida, assim como as formas de funcionamento e organização*” (p. 41).

Dentre algumas características apresentadas destas escolas, salientam a discrepância entre os prédios em que, inicialmente, elas funcionaram: um Palácio em Marvila e depois um em Santos para abrigar os alunos do sexo masculino e uma instituição asilar, o *Recolhimento do Santíssimo Sacramento e Assumpção*, situado no Calvário, em Lisboa, para o sexo feminino. Segundo as autoras, “*Estas opções (...) revelam (...) a atribuição de um lugar mais nobre e o papel preponderante dos homens na profissão*” (p. 43).

E utilizam a origem sócio-econômica das alunas para explicar a escolha por esse edifício: “*os alunos e alunas das escolas normais, em Portugal, eram recrutados principalmente entre os filhos das classes economicamente mais desfavorecidas, sendo muitas alunas provenientes de asilos e orfanatos*” (p. 43).

Em seguida, justificam a escolha de suas fontes – os livros de correspondência – por permitirem “*caracterizar as relações institucionais com os organismos da tutela (...), avaliar o grau de autonomia das instituições escolares (...); por outro lado, possibilitam uma aproximação significativa aos quotidianos escolares e às práticas pedagógicas*” (p. 45).

O estudo dessas correspondências permitiu a conclusão de aspectos interessantes sobre as escolas, como, por exemplo, a falta de autonomia, principalmente, da escola feminina; e mais, “*a grande dependência do director face aos organismos perante os quais ele respondia (...) já que também não podia administrar os recursos necessários para custar as despesas.*” (p. 54)

Prosseguindo na leitura do livro, tem-se o terceiro artigo - *Os primeiros estudantes do ensino normal: origens sociais e formação de professores na segunda metade do século XIX em Portugal* – de Maria João Mogarro⁷ e de Sílvia Alícia Martínez⁸. A principal motivação para este estudo foi perceber as origens sociais e o percurso realizado pelos estudantes das escolas normais de Lisboa, “*tentando apreender as razões que os levaram a escolher como projecto de vida profissional, a actividade docente*” (p. 64).

⁵ Universidade de Lisboa – UI&DCE. Escola Superior de Educação de Portalegre.

⁶ Mestre em História da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (2003) e pesquisadora da Universidade de São Paulo. Centro de Memória da Educação/FEUSP – Brasil.

⁷ Universidade de Lisboa – UI&DCE. Escola Superior de Educação de Portalegre

⁸ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil (2000). Professor Associado II da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil.

Por este estudo e pelo apresentado anteriormente, fica clara a origem asilar, principalmente das alunas da escola feminina. Assim, pode-se pensar que as alunas, sendo órfãs e desamparadas, entravam para a atividade docente, talvez nem tanto por opção, mas, ao contrário, por falta de possibilidades de escolhas quanto ao futuro profissional, visto que, segundo essas mesmas autoras, “*no caso das raparigas, o percurso mais comum eram serem criadas domésticas, costureiras e bordadeiras. Contudo, as que se salientavam nos estudos podiam aspirar a uma profissão mais prestigiada, como a de professora*” (p. 63).

O estudo também conclui que, em relação aos rapazes, apesar de ser rara a procedência asilar, é comum o estado de pobreza, que em muitos casos justificou a solicitação de ajuda do Estado no custeio do enxoval necessário para entrar na escola.

Em relação à educação feminina, os objetivos eram praticamente dois: formar para o exercício da docência e, secundariamente, instruir as meninas nas atividades domésticas para serem boas donas de casa, mães e esposas. O regime de internato da escola feminina assemelhava-se em muito ao vivenciado nas instituições asilares, o que, sobre este aspecto, colocava as estudantes oriundas dessas em situação vantajosa às oriundas de outros meios, que, frequentemente, encontravam dificuldades para se adaptarem à disciplina escolar. Essas dificuldades são traduzidas pelas autoras em “*saudades da família, repúdio do trabalho doméstico (...), desgosto com a alimentação e total recusa das tarefas consideradas mais baixas, aliavam-se ao desinteresse pelos estudos*” (p. 76).

O quarto artigo - A “*Educação feminina*” (1913), um projecto das normalistas de Lisboa -, de Joaquim Pintassilgo⁹ e Áurea Esteves Serra¹⁰, foi escrito a partir da análise de sete números de um periódico denominado Educação Feminina. Este circulou no período de 1 de abril a 22 de setembro de 1913, abordando diversos temas educacionais. Sua curta existência, conclui os autores, deve-se ao espírito crítico imputado ao jornal principalmente por sua diretora, Irene Lisboa, que, na exposição das questões escolares, incomodava dirigentes e professores. Assim, após seis meses de publicação foi “proibido pelo Conselho Escolar da Escola Normal” (p. 82).

No entanto, apesar desse caráter crítico, estavam presentes também crenças comuns ao ideário republicano, no qual a escola é tida como fator de regeneração e progresso, bem como local de cultivo do civismo.

É possível também encontrar entre os seus discursos a tão apregoada disputa entre pedagogia tradicional e escolanovismo, bem como, as questões relativas à educação feminina. As opiniões sobre essa educação não é consensual e apresentam objetivos que visam tanto a inserção no mundo do trabalho quanto a preparação para a maternidade, exercendo a mulher uma função essencial na “*formação moral e cívica dos futuros cidadãos*” (p. 95).

No penúltimo artigo, Fernando Humberto Serra¹¹ escreve sobre *A Escola do*

⁹ Universidade de Lisboa Instituto de Educação. Centro de Investigação em Educação

¹⁰ Mestrado em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil (2004). Diretora de Escola da Prefeitura Municipal de Birigui-SP, Brasil

¹¹ ISCS-CAAP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Centro da Administração e Políticas Públicas

Magistério Primário de Lisboa em tempos revolucionários. Uma história de euforia e decepção. Seu período de estudo refere-se ao pós-25 de Abril de 1974, momento particularmente importante para os portugueses, uma vez que dá início a “*uma conjuntura política conflitual, marcada por uma temporalidade histórica densa*” (p. 101), com o golpe de Estado militar.

Uma das questões que nortearam a pesquisa desenvolvida pelo autor a que este texto se refere é a seguinte: “*de que modo aquele período revolucionário marcou as concepções relativas ao perfil de professor do ensino primário e as respectivas práticas de formação?*” (p. 100)

Para conduzir o leitor à resposta desta e de outras indagações, o autor organizou o texto segundo as fases que compuseram o processo de “*ascensão, apogeu e queda do modelo sócio-crítico na formação de professores para o ensino primário*” (p. 131), denominado de “*experiência pedagógica*”. Segundo o autor, a sua implementação repercutiu significativamente no perfil dos novos professores contratados e teve entre seus pressupostos a dinamização das práticas educativas, que incluíam atividades escolares e extra-escolares, como forma de aproximação dos estudantes com o ambiente sócio-cultural das crianças que iriam educar, marcado por uma atividade reflexiva intensa sobre a prática e com uma “*abordagem crítica e transformadora da realidade*” (p. 115). Este regime, baseado nas teorias de Freud e Piaget, desenvolveu-se no primeiro momento do processo de formação de professores para o ensino primário estudado pelo autor, designado de Período Revolucionário, que se estendeu de abril de 1974 a julho de 1976. O segundo momento desse processo, Período de Normalização, perdurou de setembro de 1976 ao final da década de setenta, “*representando o refluxo daquele processo*” (p. 109).

Serra acredita que, apesar de sua curta existência, esse modelo de formação de professores deixou resquícios, quer nos modelos posteriores quer na subjetividade dos educadores.

E, finalmente, J. E. Moreirinhas Pinheiro encerra o livro com o texto *Algumas notas sobre experiências e vivências de um professor da Escola do Magistério Primário de Lisboa*. Iniciando suas atividades docentes nesta escola em novembro de 1958 como “*professor interino de Didática Especial e de Legislação e Administração Escolares*” (p. 139), o autor vivenciou diferentes e importantes fases da instituição e em muito contribuiu para o desenvolvimento de trabalhos sobre a mesma, inclusive sendo referência em todos os artigos da presente obra.

Afirma que, a despeito das dificuldades e limitações, as Escolas de Magistério “*foram a instituição pedagógica portuguesa que, ao longo dos anos, melhor interpretou e promoveu a chamada ‘escola cultural’, na dupla dimensão – curricular e extracurricular*” (p. 145). E, para ele, sua importância é tal que, num tom de lamento, diz: “*mal avisadas andaram as Escolas Superiores de Educação que não aproveitaram o trabalho honesto, competente e dedicado, desenvolvido ao longo dos anos, por muitos professores que exerceram funções nas Escolas do Magistério*” (p. 146-147).

E se perguntando a respeito da herança deixada à Escola Superior de Educação elenca, além dos belíssimos edifícios, “*o saber, o pensamento e a ação acumulados ao*

longo dos anos, transmitidos por uma notável plêiade de professores, educadores e técnicos de educação e ensino” (p. 147), bem como um significativo acervo bibliográfico e arquivístico.

Portanto, pelo exposto acima, a obra aqui resenhada representa uma interessante leitura para pesquisadores da área da História da Educação e, em especial, os que lidam diretamente com instituições escolares. Apesar de se referir a uma escola portuguesa, o que se percebe é que essa realidade em muito se aproxima da brasileira e que, por isso, os conhecimentos produzidos com base na Escola Normal de Lisboa podem servir também de inspiração e referência para o estudo e a compreensão das nossas instituições.

Recebido em fevereiro de 2010

Aprovado em março de 2010